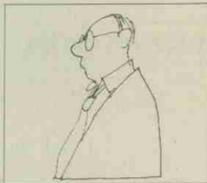
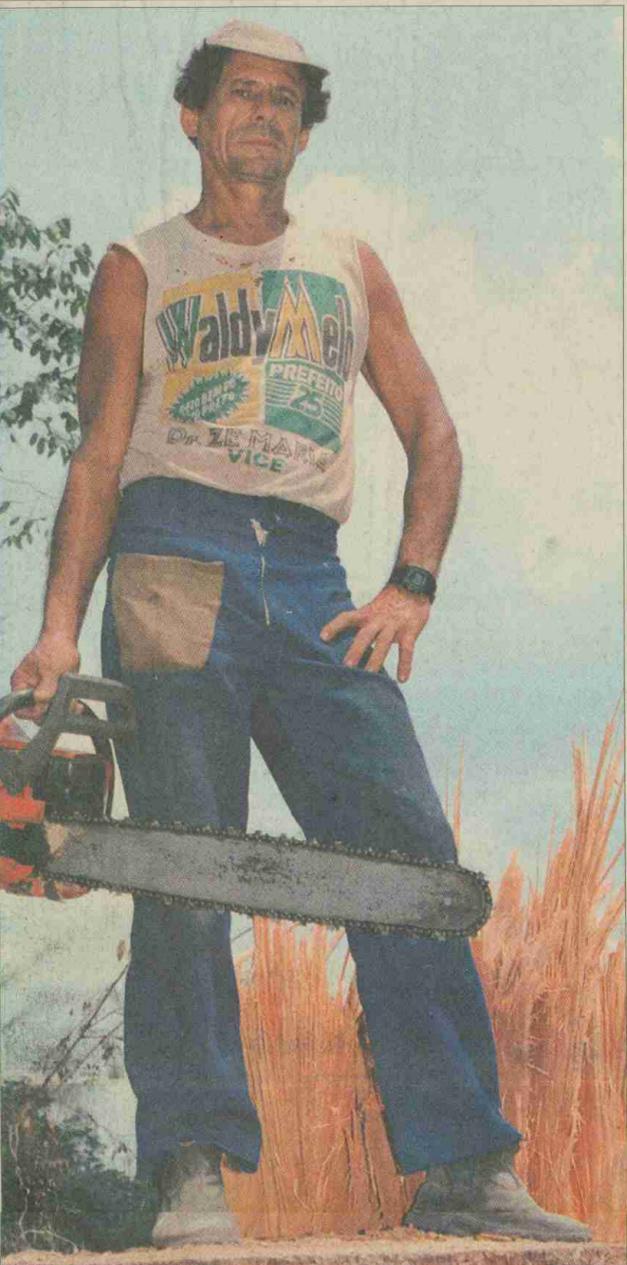




Ubaldo comenta os sacrifícios da vida saudável. Pág. D2



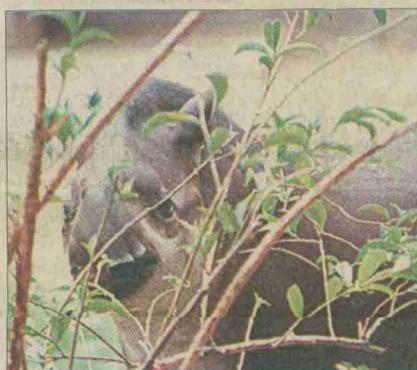
Verissimo relaciona namoro e futebol. Pág. D2



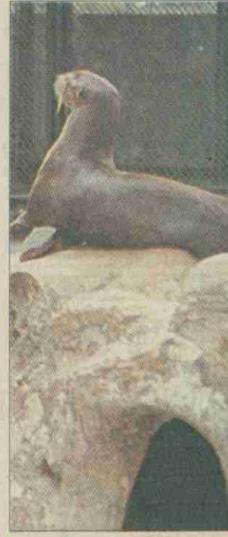
AMAZÔNIA  
FOGO E  
MOTOSSERRA  
NO BERÇO  
DA VIDÁ



À esquerda, casal de araras. Abaixo, à esquerda, a anta, ou tapir, que pode pesar até 200 quilos.

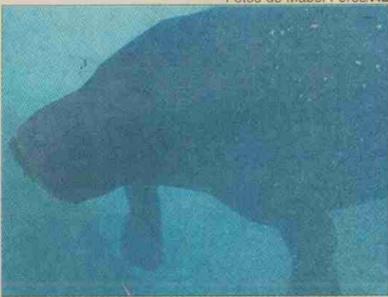


À direita, a cutia. À esquerda, a tartaruga amazônica.

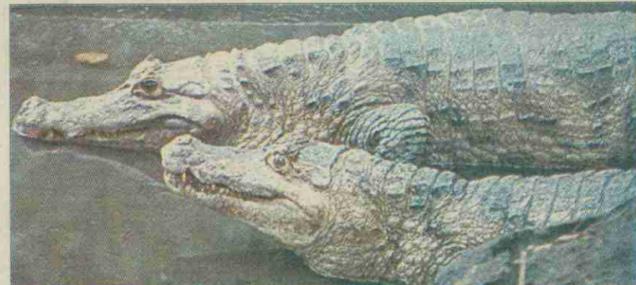


Retratos da biodiversidade

Fotos de Mabel Feres/AE



Acima, o peixe-boi, mamífero típico da região amazônica. Ao lado, a ariranha, outro habitante dos rios locais.



Acima, os jacarés, animais ameaçados



**R**emanescente das grandes matas que cobriam a Terra, a floresta amazônica é um tesouro vivo. Espalhados por 7,8 milhões de km<sup>2</sup> de terras de nove países sul-americanos estão recursos capazes de trazer melhor sorte para os mais de 6 bilhões de seres humanos do

planeta. O Brasil, privilegiado, tem mais de 60% da área desse inestimável patrimônio. Mas, hoje, a Amazônia enfrenta sérias dificuldades: desmatamentos e queimadas (como na foto acima) alteram habitats, afugentando e destruindo seus moradores naturais. Desde 1990, um projeto

experimental para a Amazônia, patrocinado pelos países ricos, o G7, financia pesquisas para o desenvolvimento sustentado da região. Dificuldades, inclusive culturais, devem ser superadas antes que uma ação mais harmoniosa reverta ondas históricas de devastação.

OS PROJETOS QUE PODEM SALVAR O FUTURO

Com cinco milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia Legal abrange nove Estados brasileiros

botânicos e exploradores da floresta. Spruce (1817-1893) consumiu 17 anos de sua longa vida anotando tudo que pudesse ser de interesse de Sua Majestade. Relatos históricos registram que muitas vezes ele lamentou que toda a região não estivesse em mãos da Inglaterra. A Grande Amazônia espalha-se por terras do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, além do Suriname, Guiana e Guiana Francesa. O Brasil tem a maior parte de toda essa área. Na Amazônia Legal, com abrangência sobre nove Estados — Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão — são 5 milhões de quilômetros quadrados. Na Hiléia brasileira —

segundo a denominação do naturalista alemão Alexander von Humboldt (1769-1859) — caberia toda a Europa Ocidental e ainda sobriariam terras. Programa — Em 1990, por sugestão do chanceler alemão Helmut Khol — numa reunião do grupo dos sete países mais ricos, o G7, realizada em Houston, no Texas — decidiu-se pela deflagração de um programa de apoio à pesquisa e preservação da Amazônia, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Na conclusão da primeira fase do programa, no próximo ano, discute-se a possibilidade de ampliá-lo para os demais países vizinhos. A intenção do PPG7, como projeto-piloto, é apresentar,

numa escala de laboratório, estratégias para o desenvolvimento sustentável da região. Numa época em que as fronteiras tradicionais não contêm mais a poluição industrial, em que as mudanças climáticas se dão em escala global e a produção há muito rompeu com os limites dos estados nacionais, seria de se esperar que aumentassem as preocupações com a última grande reserva de biodiversidade planetária. Altruísmos à parte, a biota — organismos animais e vegetais de uma região — amazônica está inserida na complexa cadeia ecológica que faz da Terra

um planeta habitável. Além disso, na região existem recursos estratégicos para a exploração comercial, com enormes possibilidades de lucros. Dados consolidados num trabalho preparado pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, a Agenda Amazônia 21, avaliam que mais de 25% de todas as drogas prescritas nos Estados Unidos contêm substâncias ativas derivadas de plantas das florestas tropicais. Apenas as populações indígenas, segundo o levantamento,

dominam o conhecimento de 1.300 dessas plantas com princípios ativos com características de antibióticos, anticoncepcionais, anti-diarréicos, anticoagulantes, fungicidas, anestésicos, relaxantes musculares e antiviróticos. Neste último caso, são recursos promissores para a descoberta de medicamentos eficazes contra a aids. O projeto piloto para a elaboração de um programa de exploração sustentável da Amazônia, está dividido em quatro subprogramas: política de recursos naturais; unidades de conservação e manejo de recursos naturais; ciência e tecnologia e projetos demonstrativos.

PLANTAS DA REGIÃO DÃO ORIGEM A MEDICAMENTOS

# O FUTURO

## Desenvolvimento sustentado é o objetivo

*A Amazônia é um patrimônio da humanidade sob controle do Brasil*

**M**ANAUS — Ainda que se trate de um projeto piloto, uma espécie de grande experimento para subsidiar estratégias técnicas e políticas para fundamentar o desenvolvimento sustentável, o PPG7 incorpora conceitos de elaboração mais avançada em política ambiental. É o caso do próprio desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento, como também é conhecido. Essa é uma tentativa de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a não-agressão ao ambiente, uma herança ambientalista herdada dos criativos e conturbados anos 60.

O desenvolvimento sustentável é uma proposta filosófica que remonta a pensadores anarquistas, como o geógrafo russo Peter Kropotkin (1842-1921). Mas traz também as marcas do malthusianismo — especialmente com as preocupações de crescimento demográfico —, da filosofia oriental e de uma vasta gama de "críticos das idéias de progresso dominantes no mundo ocidental", interpreta a pesquisadora Maria Célia Nunes Coelho, da Universidade Federal do Pará.

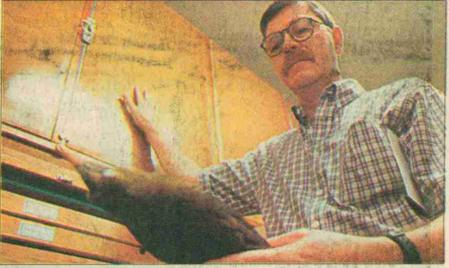
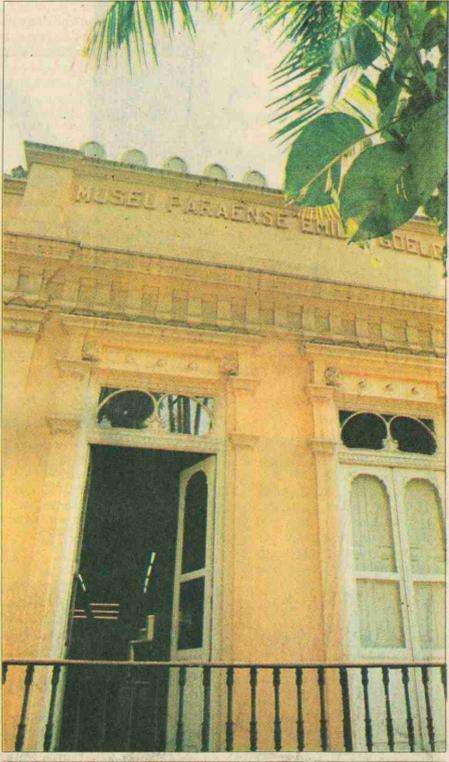
Quando o PPG7 foi proposto, em 1990, o governo brasileiro estimou que seriam necessários US\$ 1,6 bilhão para a conclusão das duas fases em que o programa seria dividido. Este número, agora, está sendo reavaliado. Dificuldades operacionais fizeram com que uma fase intermediária fosse incorporada ao plano básico. Assim a primeira fase termina em 1998, quando inicia-se a fase intermediária, prevista para estender-se até 2002. Ela coincide temporariamente com a segunda fase, que deve começar no ano 2000.

A pedido do Estado, o secretário executivo da Comissão de Coordenação do PPG7, Luiz Carlos de Miranda Joels, atualizou os dados envolvendo recursos liberados pelos países doadores e também a contrapartida brasileira, estimada inicialmente em 10% do total oferecido pelo G7. Na fase atual, antes da divulgação do último pacote econômico, acenando com um corte geral de verbas, a participação interna estava em 15%.

A primeira fase, segundo Joels, soma US\$ 211 milhões, subindo para US\$ 283 milhões se incluídas verbas anunciadas, de US\$ 72 milhões, para a fase intermediária. A razão da fusão dessas fases, segundo Joels, "é a necessidade de conclusão de muitos trabalhos que ainda não puderam ser terminados". Até junho do próximo ano, quando acontece uma nova reunião para debates do programa, em Paris, os negociadores esperam obter US\$ 18 milhões adicionais. Esse valor fecharia os US\$ 90 milhões que o governo brasileiro julga necessários para a fase intermediária. Se consolidados, os recursos da primeira fase e da intermediária subiriam então para US\$ 301 milhões.

A primeira fase do PPG7 deveria estar concluída em cinco anos. Os atrasos se deveram a razões que foram desde o impedimento do ex-presidente Collor, em fins de 1992, a dificuldades operacionais na abordagem de questões inéditas, típicas de um projeto piloto. Uma dessas dificuldades é de natureza cultural. O Banco Mundial, gestor de recursos dos doadores, avalia Joels, "muitas vezes não teve sensibilidade, por falta de conhecimento e vivência da realidade amazônica, para ser menos formal em projetos que são experimentais por natureza". O subprograma de Recursos Naturais, capaz de estimular o zoneamento regional, monitoramento, controle e fiscalização, além de preparar a descentralização da gestão ambiental federal para o Estado e municípios, entre outras medidas, tem orçamento de US\$ 60 milhões. Deste total, pouco mais de 10%, US\$ 6,5 milhões, foram gastos até agora. Este é um segmento que tem um ritmo mais lento, analisa Joels.

O subprograma Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais desenvolve iniciativas de preservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais. Estrutura sobre seis projetos — reservas extrativistas, terras indi-



Acima, à esquerda, Mercado Ver-o-Peso, em Belém (PA), expõe plantas medicinais. Delas se extrai o princípio ativo de vários remédios. Acima, o Instituto Emílio Goeldi, também em Belém, e dois de seus pesquisadores.

### PERFIL DA AMAZÔNIA LEGAL

Região representa 60% do território brasileiro

**Os principais números**

Área	5 milhões de km <sup>2</sup>
Número de Estados integrantes	9
População	20 milhões (2/3 na área urbana)
Número de municípios	600
Grupos indígenas não contatados	60
Produção de madeira	50 milhões de m <sup>3</sup> ao ano
Desmatamento	15 mil km <sup>2</sup> ao ano
Rio	Amazonas, com 6.577 km
Biodiversidade	10% de todas formas vivas da Terra
Economia básica	Extrativismo, indústria (Zona Franca)
Riqueza medicinal	Indígenas manipulam 1.300 plantas

<p>Projeto-piloto para a Amazônia previa recursos da ordem de</p> <p><b>US\$ 1,6 bilhão</b></p> <p>em 1990</p>	<p>Primeira fase do projeto, que vai até 1998, soma</p> <p><b>US\$ 211 milhões</b></p> <p>já alocados</p>	<p>Fase intermediária, de 1998 a 2002, requer</p> <p><b>US\$ 90 milhões</b></p> <p>segundo as previsões</p>	<p>Recursos da fase intermediária somam</p> <p><b>US\$ 72 milhões</b></p> <p>já negociados</p>	<p>Governo quer garantir recursos da ordem de</p> <p><b>US\$ 18 milhões</b></p> <p>até junho de 1998</p>
--	---	---	--	--

genas, apoio ao manejo florestal, parques e reservas, manejo de recursos de várzeas e controle de desmatamento e queimadas — tem orçamento de US\$ 22 milhões. Até agora, foram gastos US\$ 3 milhões. Este é um dos projetos mais ambiciosos, entre outros motivos por envolver o controle de desmatamento e queimadas. Joels considera que alguns resultados deste subprojeto já estão se manifestando como o decreto de demarcação de 17 terras indígenas assinado recentemente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas grupos indígenas isolados, como os Corubos, no Vale do Javari, fronteira com Peru e Colômbia, continuam expostos ao ataque de madeireiros, que invadem suas terras.

O subprograma de Ciência e Tecnologia visa a geração e disseminação de conhecimento científico-tecnológico relevante para a conservação e o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Os recursos para esta área estão orçados em US\$ 25 milhões. Aqui já foram gastos US\$ 10 milhões e o restante está comprometido para o ano que vem, avalia o secretário. Para com-

pletá-lo foram obtidos recursos adicionais — fase intermediária — de US\$ 15 milhões junto à União Europeia e Estados Unidos.

Esses recursos estão equipando os dois principais centros de pesquisa da Amazônia: o Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus, e o Museu Emílio Goeldi, em Belém, no Pará. Passando por crises sucessivas, desde que foram criadas, eles correm contra o tempo para dar uso estratégico ao conhecimento acumulado e abrir novas áreas de investigação. Quanto ao último subprograma, os Projetos Demonstrativos, conta com recursos de US\$ 20 milhões, com metade já empregada e o restante também já comprometido. Esse segmento envolve apoio a iniciativas inovadoras e já consagradas para o envolvimento de comunidades, organizações não-governamentais (ONGs) e governos locais em testes e difusão de modelos de desenvolvimento sustentável. Este subprograma inclui, entre seus 500 projetos já definidos, 18 realizados na Mata Atlântica, entre os quais a consolidação de um parque na região do descobrimento do Brasil, na Bahia.

A Amazônia com toda sua riqueza natural não deixa de ser um patrimônio da humanidade, sob controle do Brasil. O governo deve fazer desde potencial uma inteligente moeda de troca em benefício de sua manutenção. A exploração sustentável, ao mesmo tempo em que pode mudar para melhor a qualidade de vida da população local, exige, dos países ricos — indiretamente beneficiados — um justo tributo internacional. (U.C.)

# O PRESENTE

## Queimadas atingem área de 1,2 milhão de km<sup>2</sup>

*A cada seis anos, uma área de florestas equivalente à de Portugal é destruída*

**M**ANAUS — Método tradicional e barato para a limpeza de áreas agrícolas, o recurso das queimadas é o mais utilizado em toda a Amazônia. Comunidades indígenas sempre atearam fogo às matas derrubadas e aí cultivaram suas roças. Apesar da ameaça que representam, os desmatamentos — em muitos casos seguidos de queimadas — não têm seus levantamentos feitos desde 1992. Em 1991, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com base em imagens de satélites, registraram o menor índice desde que a vigilância começou a ser feita, em 1977/78.

Especialista em sensoriamento remoto da Inpe, a pesquisadora Thelma Krug diz que a falta de verbas desativou esses levantamentos que, para toda a Amazônia Legal, não saem por menos de US\$ 1 milhão cada um. Assim, desde 1992, os dados aproximados do próprio Inpe mostram uma retomada do desmatamento, mas não existem informações precisas. Uma imagem produzida pelo satélite norte-americano NOAA-12, na noite de 6 de outubro, mostrava labaredas espalhadas por uma vasta região entre 42 a 50 graus de longitude e zero a 10 graus de latitude Sul, formando uma área de quase 1,2 milhão de quilômetros quadrados.

Thelma Kruger e Alberto Setzer, outro especialista em sensoriamento remoto do Inpe, divergem quanto à interpretação destes dados. Krug sustenta que a alta sensibilidade dos sensores do satélite NOAA-12 faz com que ele "enxergue fogo onde muitas vezes existe apenas solo desumido e aquecido". Setzer, consultado pelo Estado, afirmou que a imagem que o jornal publicou na primeira página da edição de 9 de outubro era realmente fogo.

Organizações não-governamentais (ONGs) como o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), criticam a falta de dados. Roberto Smeraldi, do GTA, diz que "já estando quase no final de 1997, ainda não há informações sobre desmatamento ao longo dos últimos três anos e os relatórios anteriores, incompletos, apontavam para um aumento expressivo dessa atividade em 1993/94". Em julho de 1996, queixou-se Smeraldi, "foi anunciado que os dados de 1995 seriam divulgados até novembro de 1996, mas em setembro desse ano o mesmo anúncio foi refutado, agora para

novembro de 1997". Respeitado pesquisador do Inpa, o norte-americano Philip Fearnside avalia que o Brasil tem múltiplos prejuízos tanto com desmatamento quanto queimadas. Em 1973, quando chegou ao Brasil Fearnside conta que apenas 3,5% da floresta haviam sido derrubados. Em 1994 esse índice subiu para 11,8% e desde então, a cada ano, aproximadamente 15 mil quilômetros quadrados são desmatados. Isso significa uma área igual à de Portugal destruída a cada seis anos.

Os desmatamentos, neste caso seguido de queimadas, segundo o pesquisador, estão concentrados no norte do Mato Grosso, Tocantins e Sul do Pará, e tendem a deslocar-se acompanhando a abertura e pavimentação de estradas. Isso porque o desmatamento, segundo uma tradição que vem da colonização, serve como marco de posse e ainda é considerado "benfiteira".

Em média, de acordo com o pesquisador, o desmatamento de um hectare de floresta, na região, libera na atmosfera perto de 700 tone-

ladas de gás carbônico. Os Estados Unidos liberam mais de um quarto dos 7 bilhões de toneladas anuais de gás carbônico na atmosfera. Fearnside acredita que o Brasil poderia tirar partido mais eficientemente de sua condição de dono da maior floresta tropical da Terra controlando o desmatamento em troca de compensações internacionais. Na Alemanha, pagam-se taxas de US\$ 75,00 por tonelada de gás carbônico liberado. Se for utilizado este parâmetro, um hectare de desmatamento na Amazônia significaria US\$ 52,5 mil. O prejuízo fica ainda maior se for considerado que o hectare de terra desmatado vale de R\$ 50,00 a R\$ 300,00.

As perdas podem ser ampliadas se incluída a biodiversidade afetada pela destruição de habitats. Para o pesquisador, o PPG7 "é o começo de um enorme trabalho, uma corrida contra o tempo para evitar desastres maiores no futuro".

Perda de biodiversidade preocupa o pesquisador também norte-americano naturalizado brasileiro, David Oren, chefe do departa-

mento de zoologia do Museu Emílio Goeldi, em Belém. Os 7,8 milhões de quilômetros quadrados da Grande Amazônia têm mais de 60 mil espécies vegetais, em torno de 2,5 milhões de espécies de artrópodos, mais de 2 mil espécies de peixes, outras 300 espécies de mamíferos e um número ainda desconhecido de criaturas microscópicas. Na Amazônia peruana, por exemplo, na copa de uma única árvore foram localizadas 43 espécies diferentes de formigas, um número maior que o existente em toda a Grã-Bretanha.

As aves, borboletas e primatas são a parte da biota mais bem conhecida pelo mundo. As borboletas atraem pela beleza, as aves estão mais próximas dos humanos por características que incluem a vocalização. Os primatas, por serem parentes mais próximos e por se prestarem a experimentos que não podem ser realizados com humanos.

A biodiversidade amazônica não se encontra espalhada ao acaso, ao contrário. De acordo com Oren, os subconjuntos de biodiversidade na região brasileira estendem-se do Tocantins ao oeste do Maranhão e do Tocantins ao Xingu; do Xingu ao Tapajós; do Tapajós ao Madeira; do Madeira ao Purus; do Purus ao Juruá; e do Juruá ao Javari, rio

que separa o Brasil do Peru. Essas são as províncias biogeográficas, das quais as mais ameaçadas pelo desmatamento são os conjuntos do Tocantins para o Leste, onde os desmatamentos chegam a 80%. Nessa região, reservas biológicas como a do Gurupi, só existem formalmente. Essas regiões, lamenta Oren "sofrem de um descalço total por parte do Ibama, mas o Banco Mundial, que gerencia agora os recursos do PPG7, também tem responsabilidades por financiamentos no passado, sem o mínimo critério técnico".

Na Amazônia brasileira 17 espécies, por enquanto, estão ameaçadas de extinção por serem endêmicas de áreas submetidas a degradação ambiental, enquanto outras 116 espécies podem ser perdidas localmente, embora existam em outros locais. Os recursos do PPG7 e a contrapartida brasileira já alteraram o ambiente de trabalho de Oren. Coleções de aves, mamíferos e insetos, recolhidas desde o começo do século passado puderam ser melhor arquivadas e assim ficaram livres dos dermestídeos, pequenos besouros necrófagos que ameaçam coleções em todo o mundo. Sem salários mais atraentes, no entanto, ele não vê como as investigações científicas possam ser ampliadas. (U.C.)

que separa o Brasil do Peru. Essas são as províncias biogeográficas, das quais as mais ameaçadas pelo desmatamento são os conjuntos do Tocantins para o Leste, onde os desmatamentos chegam a 80%. Nessa região, reservas biológicas como a do Gurupi, só existem formalmente. Essas regiões, lamenta Oren "sofrem de um descalço total por parte do Ibama, mas o Banco Mundial, que gerencia agora os recursos do PPG7, também tem responsabilidades por financiamentos no passado, sem o mínimo critério técnico".

Na Amazônia brasileira 17 espécies, por enquanto, estão ameaçadas de extinção por serem endêmicas de áreas submetidas a degradação ambiental, enquanto outras 116 espécies podem ser perdidas localmente, embora existam em outros locais. Os recursos do PPG7 e a contrapartida brasileira já alteraram o ambiente de trabalho de Oren. Coleções de aves, mamíferos e insetos, recolhidas desde o começo do século passado puderam ser melhor arquivadas e assim ficaram livres dos dermestídeos, pequenos besouros necrófagos que ameaçam coleções em todo o mundo. Sem salários mais atraentes, no entanto, ele não vê como as investigações científicas possam ser ampliadas. (U.C.)



A apenas alguns quilômetros de Manaus, uma queimada abre espaço para que colonos vindos do interior do Estado sejam assentados e iniciem o plantio de roças de subsistência

# O PASSADO

## Região sempre exerceu fascínio sobre os viajantes

*Em 1750, o Marquês de Pombal propôs a primeira política para a Amazônia*

**M**ANAUS — Quase 250 anos depois de o despótico marquês de Pombal ter articulado, em 1750, a primeira política de desenvolvimento para a Amazônia, a região ainda se debate em meio a improvisos.

As primeiras vítimas desse processo foram populações indígenas. Tudo começou com o explorador espanhol Francisco Orellana. Entre 1541/42 ele navegou toda a extensão do Amazonas. Foi ele quem deu nome ao rio, ao travar escaramuças com índios guerreiros que chamou de amazons. No rastro do combate de Orellana vieram outros conquistadores e, seguindo suas pegadas, missionários e exploradores. Alexander Humboldt (1769-1859), que revelou a Amazônia para o mundo em

companhia do francês Aimé Bonpland (1773-1858), foi o primeiro suspeito de investigar a região com objetivos escusos. Em junho de 1800, foi expedida uma ordem de detenção contra ele, caso tentasse entrar em território nacional. Meio século depois, em 1854, Humboldt receberia a Cruz-Cruz da Imperial Ordem da Rosa por ter ajudado o Brasil em litígios fronteiriços.

Antes de Humboldt, o naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) percorreu a Amazônia por dez anos, entre 1783 e 1793, cruzando o sertão do Pará, seguindo o Rio Negro e atravessando as bacias dos rios Branco, Madeira e Guaporé na sua "Viagem Filosófica". Sua coleção, depositada no Museu da Ajuda, em Lisboa, foi saqueada pelos franceses.

No século 19 a Amazônia recebeu viajantes em busca dos mais desafiadores objetivos. Entre eles estavam os naturalistas alemães Carl Philip Martius e Johann Baptist von Spix, que chegaram em 1817. A dupla viajava financiada pelo rei

da Baviera, Maximiliano José 1º. Sem perder tempo, eles deslocaram-se do Rio para São Paulo e daí seguiram para Minas, passando para a Bahia, avançando para Pernambuco, Piauí e Maranhão. De São Luís, no Maranhão, embarcaram para Belém e de lá sobem o Amazonas até a cidade de Tefé, onde se separaram. Spix sobe pelo Solimões até Tabatinga e retorna a Manaus, de onde sobem para Barcelos, pelo Rio Negro. Martius havia subido o Japurá com a intenção de atingir o divisor de águas nos Andes. A viagem deles, entre 1817 e 1820, foi responsável por um dos maiores levantamentos científicos na região.

Um dos naturalistas que chegaram com o grupo de Martius e Spix foi Johann Natterer (1787-1845), que trabalhou 18 anos no Brasil, cinco na Amazônia. Ele fez um caminho semelhante ao de

Rodrigues Ferreira, mas por uma rota inversa, que começou no Rio, passou por São Paulo e deslocando-se para o noroeste passou pelo Mato Grosso e daí desviando-se pelo Guaporé e Madeira.

Em 1830 Natterer foi surpreendido pela Cabanagem, contestação popular contra o centralismo do governo regencial que só acabou com a anistia geral, em 1840. Para salvar a pele, mesmo casado com uma brasileira, Natterer entregou aos revoltosos aos coleções de animais vivos que pretendia levar para Viena. A coleção de Natterer foi comida pelos rebeldes.

Talvez o mais controverso dos exploradores que estiveram no Brasil seja Richard Spruce autodidata de origem muito pobre que desembarcou em Belém em 1849, um ano depois da chegada de

Henry Bates e Alfred Wallace, dois de seus compatriotas que também exploravam a Amazônia. Spruce fez profundas incursões pelos rios Amazonas, Negro, Uaupés, Branco e outros menores, chegando até territórios da Venezuela, Peru e Equador, de onde atingiu o Pacífico. Em 1864 levou para a Inglaterra mais de 30 mil plantas e mapas sem contar as milhares de sementes de borraça e outras plantas que já havia despachado antes para uso industrial e medicinal.

Em fins de dezembro de 1831 o mais famoso dos naturalistas ingleses, Charles Darwin — com quem Wallace partilha o mérito quase desconhecido da seleção natural —, aporta em Fernando de Noronha, descendo para Salvador, Bahia e Rio. No Brasil, não ocultou o encanto pela natureza e o horror pela escravidão. Além de Darwin, que visita só a costa, acontecem outras expedições que penetram a Amazônia, caso de Luís Agassiz, entre outros (1865-1866).

A fundação do Museu Emílio

Goeldi, com o nome de Sociedade Filomática, em 1871, em Belém, no Pará, integra o movimento de investigação e especialmente divulgação de conhecimentos da região. Por sigilo, a coroa portuguesa não permitia a publicação de nenhuma linha da expedição de Rodrigues Pena. O Goeldi foi criado pelo jornalista mineiro Domingos Ferreira Pena (1863-1876), em 1871. A incompreensão de sua importância quase fez com que fosse fechado já em 1888 e desde então, sucessivas crises não foram menores. O museu homenageia com seu nome o zoólogo suíço Emílio Goeldi que introduziu ali uma série de avanços metodológicos e conceituais. Já o Inpa, a que o Goeldi esteve subordinado por alguns anos, tem sua fundação definida por um decreto de Getúlio Vargas, em 1952, embora tenha sido implantado só dois anos depois. Como o Goeldi, o Inpa também passou por sucessivas crises, evidência da falta de tradição científica, do Brasil. (U.C.)

**VIAGEM DE HUMBOLDT FOI ENCARADA COM RESERVAS**

# AMAZÔNIA

## OS CONTRASTES

### Poucos quilômetros separam 10 mil anos de história

*A convivência de culturas tão diversas compõe a grande metáfora amazônica*

estão na era espacial.

O convívio desses homens que não se reconhecem é uma metáfora amazônica. Se os Vaimiris-Atroaris tiveram dificuldades para conquistar um espaço de sobrevivência, mais recentemente os problemas passaram para o lado dos "brancos". As previsões são de que a Zona Franca — criada há 30 anos para estimular um desenvolvimento artificial da região, depois do surto de riqueza da borracha — termine o ano com 15 mil desempregados. No Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, 9 mil já assinaram homologações.

O bode expiatório são os televisores. No ano passado, 9,2 milhões desses aparelhos foram produzidos em Manaus. Este ano, devem ser 8 milhões. A Zona Franca faturou, no ano passado, US\$ 13,2 bilhões. Este ano é incerto.

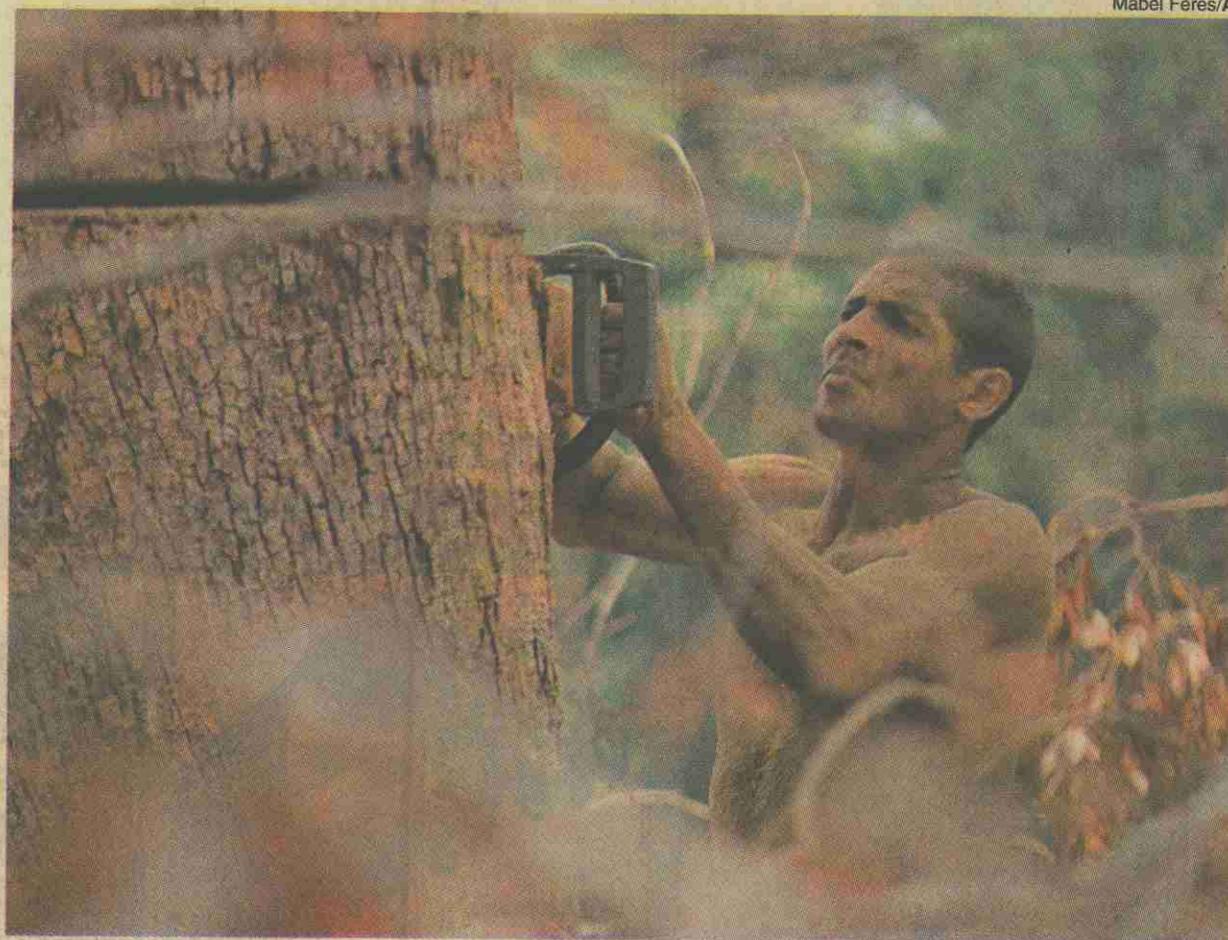
Como no passado — no ciclo de drogas do sertão e depois da borracha — a economia da Amazônia depende de acontecimentos situa-

dos fora da região. As imensas e diversificadas riquezas naturais não valem por si próprias. Flutuam ao sabor de acontecimentos tão improváveis quanto uma praga prevista para afetar as seringueiras cultivadas

#### ADOLESCENTES ASSUMIRAM A LIDERANÇA DOS VAIMIRIS-ATROARIS

da Malásia, mudanças envolvendo a mineração e o esgotamento de madeira de outras florestas.

Na área de mineração, segundo um estudo de agosto do ano passado do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), as perspectivas são boas. O estudo prevê que o Brasil está às vésperas de um novo "boom", com investimentos de US\$ 4 bilhões em pesquisa e outros US\$ 31 bilhões em projetos industriais. O prognóstico pondera que a inten-



Mabel Feres/AE

*Levantamentos oficiais mostram que anualmente são retirados da Amazônia 50 milhões de metros cúbicos de madeira. O índice de desperdício dessa extração atinge 70%.*

sidade desta retomada depende do ritmo de privatização do setor elétrico, principal insumo, nessa área.

Se depender do exemplo de Manaus, a perspectiva é ruim. A cidade está racionando energia em períodos que chegam a 12 horas por dia, afetando escolas, hospitais e infernizando o trânsito já confuso. Na semana passada, o serviço de água também acenou com racionamentos. Ter as torneiras secas, ao lado do mais volu-

moso dos rios do planeta, o Amazonas, é, no mínimo, irônico.

O governo deverá passar para a iniciativa privada, até meados do próximo ano, 30 jazidas inexploradas que estão em seu poder, muitas delas na Amazônia. É o caso da mina de nióbio, com reservas estimadas em 2,9 bilhões de toneladas, em São Gabriel da Cachoeira.

A jazida de São Gabriel é a maior do mundo, mas tem preço — R\$ 600 mil — modesto. A reserva fica

no Morro dos Seis Lagos, próximo ao Pico da Neblina, fronteira com a Venezuela. Quando foi descoberta, nos anos 1970, serviu de argumento de segurança nacional para o governo militar. Na época, se pensava que o nióbio valeria vários milhões de dólares.

Outra oferta, segundo os técnicos a melhor delas, é a reserva de caulim, argila que serve de insumo para a indústria de papel, em Rio Capim, no Pará. Ao contrário do nióbio, o caulim

está se tornando escasso. Mas, ainda na Amazônia, em terras do Amapá, as reservas de manganês da Serra do Navio, explorada nos últimos cinquenta anos, está praticamente esgotada. Com isso, a cidade em que se transformou a sede da empresa exploradora, corre o risco de virar uma localidade fantasma, cercada pela floresta. A riqueza do passado fluiu para o exterior, deixando pesadelos onde se acalentavam sonhos.

A nova fonte de riqueza é a madeira. Mas um estudo realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) em abril passado mostrou o que já se sabia há muito, sem quantificação: 80% da madeira extraída da Amazônia tem origem predatória e ilegal e a chegada das madeiras asiáticas, no ano passado, piorou essa situação.

O levantamento do SAE indica que a cada ano são retirados 50 milhões de metros cúbicos de madeira da Amazônia. O índice de desperdício dessa extração chega aos 70%. O contrabando, mostrou o estudo, afeta não só madeiras, especialmente no Vale do Javari, desviadas para o Peru, como também extratos vegetais. Sem falar da pirataria genética.

O levantamento da SAE mostrou ainda que empresas estrangeiras instaladas na região — da Alemanha, Estados Unidos, Bélgica, China, Japão, Suíça, França, Ilhas Caiman, Bahamas etc — não dispõem de áreas capazes de sustentar a produção que exibem. A conclusão óbvia é que elas comprem madeira de terceiros, com licença para desmatar ou que fazem incursões ilegais em áreas como terras indígenas. Em alguns casos subcontratam mão-de-obra ribeirinha paga a R\$ 5,00 pela derrubada de uma árvore centenária. (U.C.)